

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de Janeiro de 2012, pelas 10:20 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 134/XII/1.ª (BE) - "Amnistia para infrações disciplinares cometidas com a intenção de consagrar o associativismo representativo nas Forças Armadas " – Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);**
- 3. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:**
 - **COM (2011) 758 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Direitos e Cidadania [SEC(2011)1364 e SEC(2011)1365] - Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS);**
 - **COM (2011) 844 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um instrumento financeiro para a promoção da democracia e dos direitos humanos a nível mundial [SEC(2011)1478 e SEC(2011)1479] - Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**
- 4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 5. Fixação de redações finais de textos legislativos aprovados;**
- 6. Outros assuntos.**

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD).

Não havendo iniciativas legislativas para distribuir, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou o seu parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 134/XII/1.ª \(BE\)](#) - "*Amnistia para infrações disciplinares cometidas com a intenção de consagrar o associativismo representativo nas Forças Armadas*", cujas partes I e III foram aprovadas por



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 1.ª SL

unanimidade, na ausência do PEV, tendo o parecer sido remetido à Comissão de Defesa Nacional, por ser a competente em razão da matéria.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação de pareceres sobre iniciativas europeias.

A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou o seu parecer sobre a COM (2011) 844 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um instrumento financeiro para a promoção da democracia e dos direitos humanos a nível mundial [SEC(2011)1478 e SEC(2011)1479]*, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o seu parecer sobre a COM (2011) 758 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Direitos e Cidadania [SEC(2011)1364 e SEC(2011)1365]*, tendo o Relator e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) debatido algumas das notas contidas na opinião do Relator, designadamente a relativa à necessidade de criação de metodologias comuns, que a Senhora Deputada considerou ser precisamente o escopo da iniciativa, uma vez que o próprio Programa prevê este e outros parâmetros de referência, tendo o Relator sublinhado que o regulamento lhe parece omisso relativamente ao papel da actividade dos tribunais e à ausência da consagração de um tratamento diferenciado para a especificidade de elementos concretos nacionais.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, passou-se à fixação da redação final do texto que *“Aprova o regulamento orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos”* [[Projeto de Lei n.º 121/XII/1.ª \(PSD,CDS-PP,PS\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV e tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, as sugestões de redacção constantes da Informação n.º 6/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção da prevista para a epígrafe do artigo 6.º do anexo. Foi ainda deliberado por

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/ 1.ª SL

unanimidade, por proposta do Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), inserir uma vírgula no n.º 2 do artigo 8.º do anexo e retirar a vírgula final do n.º 3 do artigo 4.º.

Foi ainda fixada a redacção final do texto que *“Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum”* [[Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV e tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, as sugestões de redacção constantes da Informação n.º 7/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conhecimento de carta enviada à Assembleia da República pelo Senhor Dr. António Cabrita, membro efetivo da Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados referentes ao Sistema Judicial, através da qual renunciava ao cargo e questionava a continuidade do órgão, que nunca reunira e cujas atribuições pareciam ficar esvaziadas com o Plano de acção criado pelo Despacho do ministério da Justiça n.º 16171/2011. O Senhor Presidente lembrou que tal ponderação era atribuição de cada Grupo Parlamentar, designadamente para o efeito da eventual apresentação de iniciativas legislativas.

O Senhor Presidente deu conta da carta de um grupo de reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires, que solicitavam uma amnistia e denunciavam más condições de reclusão, tendo sido deliberado que, caso a Comissão concretizasse o seu plano de visitas, que incluía a deslocação a este Estabelecimento Prisional, seria promovida uma reunião com duas representantes deste grupo, para esclarecimento dos factos descritos.

Por fim, o Senhor Presidente recordou que, no âmbito do plano de visitas a empreender pela Comissão, teria lugar uma visita ao Conselho Superior da Magistratura, no dia 7 de Fevereiro de 2012, cumprindo cada Grupo Parlamentar indicar, por razões logísticas, os seus representantes na deslocação.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 45/XII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de Janeiro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 45/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lação
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Elza Pais
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Paula Cardoso
Telmo Correia